



Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

DISCURSO DO MINISTRO EDSON SANTOS NA ABERTURA DA CONFERÊNCIA DE REVISÃO DE DURBAN

GENEBRA, 20 DE ABRIL DE 2009

Senhor(a) Presidente da Conferência,
Senhor Secretário Geral das Nações Unidas,
Senhora Alta Comissária de Direitos Humanos,
Senhor Presidente do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas
Senhoras e Senhores Chefes de Estado e Chefes de Governo,
Senhoras e Senhores Ministros de Estado,
Senhoras e Senhores representantes da sociedade civil,
Senhoras e Senhores,

O Brasil veio para participar desta Conferência porque acredita no compromisso do combate ao racismo. Reafirmamos nosso compromisso com a Declaração e o Plano de Ação de Durban. Assumimos esse compromisso em 2001 e o reiteramos em 2006 junto com a Sociedade Civil e os governos da região na Conferência Regional das Américas sobre os Avanços e Desafios da Implementação do Plano de Ação. Reiteramos este compromisso em 2008 quando da Conferência Regional da América Latina e Caribe preparatória para este encontro de Genebra.

Ao longo dos últimos meses, foram intensos os esforços empreendidos no processo de preparação desta Conferência. Trabalhamos todos, governos e sociedades civis, de modo construtivo e responsável; fomos flexíveis, sem jamais perder de vista que temos diante de nós a obrigação de reafirmar o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às intolerâncias correlatas. Combater o racismo não é uma opção; é uma obrigação moral e ética.

Durban reconheceu o conceito político e social de raça e a inexistência de hierarquia entre os seres humanos. A humanidade é composta por apenas uma raça: a raça humana. Não existem diferenças biológicas entre nós, mas existe a manipulação política do conceito de raça como fator de segregação. O conceito pode servir para a superação das desigualdades e das ideologias racistas. A Conferência não pode prescindir dessa conquista.

O texto diante de nós revela equilíbrio entre posições que se temiam irreconciliáveis. Nele não serão encontradas singularizações negativas de qualquer país, tampouco referências seletivas a crises regionais. Em seu corpo, são tratados de modo balanceado temas do passado, bem como são condenadas formas contemporâneas de racismo e outras formas de discriminação. Deplora-se, igualmente, o aumento dos casos de perseguição a praticantes de várias das religiões do Mundo.

Chegamos a um documento que, sem ser uma tradução de posições apenas nacionais, revela sentido histórico e comprometimento com a própria essência do



Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

sistema multilateral. Nada no texto implica um retrocesso nas conquistas de 2001; nada no texto nos impede de avançar. O processo de Durban não se esgota aqui. Ele seguirá, em nossas sociedades, para o bem de nossos povos.

Ausentar-se do processo negociador é render-se à tentação do não-diálogo. É negar-se à mudança. O processo multilateral não pode ser refém de atitudes desta natureza. Nas negociações que nos trouxeram até aqui, mostramos todos estar prontos a aceitar a diversidade de opiniões; a tolerar a diferença; a respeitar a diversidade. Mesmo aqueles países que pela voz de alguns eram rotulados de “radicais” mostraram-se à altura do desafio de Durban. É inexplicável e inaceitável a ausência de alguns países. Abandonar Durban é desviar-se do longo caminho que trilhamos desde a celebração da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Brasil jamais estará ausente de debates e de compromissos em favor do combate à discriminação. Independentemente de quantos aqui se façam representar, seguiremos na vanguarda das políticas de combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às intolerâncias correlatas. Nosso compromisso é histórico: ele será honrado. O Brasil foi pioneiro em apresentar resolução apontando a incompatibilidade entre democracia e racismo.

Durban tem significado importante em nossa história de construção de verdadeiras democracias sem racismo e sem discriminação. Durban consagrou o patamar mínimo de proteção internacional às vítimas de racismo, discriminação racial e intolerâncias correlatas. Contemplou demandas dos movimentos sociais brasileiros e estabeleceu o marco contra a desigualdade. Favoreceu a implementação de ações afirmativas, bem como a proteção às vítimas de discriminações múltiplas e agravadas.

A Conferência de 2001 mobilizou a sociedade brasileira. Metade da nossa população é afro-descendente. Possuímos a segunda maior população negra do mundo e mais de 180 povos indígenas. Somos uma Nação multi-étnica e multirracial. A valorização da contribuição que esses povos deram ao País é uma resposta à invisibilidade das vítimas de racismo e de discriminação.

Tema de grande importância para o governo brasileiro é também o combate à intolerância religiosa. Estão sendo tomadas medidas de proteção contra a intolerância que atinge em particular os praticantes das religiões de matrizes africanas.

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da qual sou titular, não é uma peça de retórica. Criada em 2003 pelo Presidente Lula, representou um dos primeiros e decisivos passos na efetiva implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban. Sua missão é coordenar a ação do governo contra o racismo e a discriminação contra negros, indígenas, ciganos e demais grupos vulneráveis.

O diálogo com a sociedade civil está inserido na administração do governo brasileiro – por meio de Conselhos Paritários que exercem o controle social das ações



Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

governamentais. Em junho, realizaremos a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ocasião em que Governo e sociedade civil debateremos a política de igualdade racial.

Senhor Presidente,

Não há antagonismo entre as políticas públicas universais e as ações afirmativas. A missão dos governos é atender às necessidades de todos os cidadãos e tratar desigualmente os desiguais.

Implementamos e aprofundamos nosso compromisso com as teses centrais de Durban por meio de um conjunto amplo de iniciativas. Ao aprofundarmos o combate ao racismo, aprofundamos nossa democracia.

A perspectiva racial está presente nos programas sociais. Criamos a Política de Saúde da População Negra, retirando os fatores de discriminação e humanizando a assistência médica; instituímos o ensino da História afro-brasileira e indígena na educação fundamental e média, para melhorar a auto-estima de nossas crianças; ampliamos o acesso ao ensino superior e à pós-graduação por meio de ações afirmativas nas universidades.

O aumento no volume dos investimentos sociais, em associação com as políticas de ação afirmativa, provocou resultados significativos para a redução das desigualdades no Governo do Presidente Lula: a população pobre foi reduzida de 43% para 30%.

Atento aos efeitos da crise econômica internacional, o Governo brasileiro preocupa-se em manter e expandir a rede de proteção e as recentes conquistas sociais, evitando que as populações historicamente vulneráveis, como os negros, índios e ciganos continuem a ser as mais atingidas.

Os negros e outros grupos vulneráveis à pobreza são beneficiados pela política de distribuição de renda que já retirou 11 milhões de famílias brasileiras da miséria: o Bolsa Família.

No campo, a prioridade é o atendimento das cerca de 3500 comunidades de quilombos, formadas por descendentes de negros que resistiram à escravidão. Essas comunidades ainda são muito pobres e excluídas dos benefícios gerados pelo progresso do País.

O racismo é incompatível com a democracia. Devemos ampliar o espectro de proteção consagrado em Durban, aprofundá-lo e fortalecê-lo, jamais reduzi-lo.

Senhor Presidente,

Precisamos aprofundar a cooperação internacional. A promoção da igualdade se beneficiará do intercâmbio de experiências, da difusão de boas práticas e da



Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

assistência técnica internacional. Esta Conferência pode contribuir para a replicação das experiências bem sucedidas contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as intolerâncias correlatas.

O Brasil favorece criação de um índice de igualdade racial ou de um sistema de indicadores que permita a comparação internacional das desigualdades e da discriminação étnica e racial, com base na auto-declaração voluntária e na confidencialidade.

É importante que as Nações Unidas promovam o debate sobre formas de intolerância contra indivíduos que não estão contempladas em Durban.

No Brasil, com base no diálogo com a sociedade civil, temos promovido políticas públicas sobre diversidade sexual e identidade de gênero. Realizamos a I Conferência Nacional sobre o tema em junho de 2008, com ampla participação de representantes de diversos setores sociais.

Ao finalizar, reafirmo o compromisso do Brasil com a proteção dos direitos humanos, bem como o direito à igualdade. Não haverá democracia efetiva enquanto todas as formas de discriminação, segregação e intolerância não forem definitivamente banidas.

Que este seja um momento proveitoso, de muita reflexão, trabalho e crescimento. Agradeço a atenção de todas e de todos.